



CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR - ANALISTA FAZENDÁRIO

INSTRUÇÕES GERAIS

- As orientações apresentadas neste caderno de provas e demais instruções feitas pelos organizadores são complementares ao Edital PMC Nº 002/2020 e retificações posteriores.
- As provas objetiva e discursiva terão, no máximo, **6 (seis) horas de duração**, incluído o tempo destinado à transcrição nas Folhas de Respostas, únicos documentos válidos para correções, que não serão substituídos devido a quaisquer erros ou danos causados pelo candidato.
- A saída da sala de provas pelo candidato só será permitida após o período de sigilo, que é de **1 (uma) hora**, contado a partir do efetivo início das provas.
- Após entregar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo autorizada nem mesmo a utilização de banheiro e bebedouro.
- Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão entregar as provas e retirar-se do local, simultaneamente, após assinatura do relatório de aplicação de provas.
- Confira seus dados pessoais na Folha de Respostas da Prova Objetiva, em especial seu nome e o número do documento de identificação, cadastrado no ato de inscrição.
- A Folha de Resposta da Prova Discursiva está codificada eletronicamente. Confira se o código é correspondente ao que está expresso na Folha de Respostas da Prova Objetiva.
- Marque as Folhas de Respostas somente com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, sob pena de impossibilidade de correção, processamento de resultado, atribuição de pontos ou anulação.
- Entregue ao aplicador as suas Folhas de Respostas, imprescindivelmente, ao término de realização.
- Este caderno contém:
 - 75 QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA, DA PROVA OBJETIVA**, assim distribuídas:
 - Língua Portuguesa: 10 questões (numeradas de 01 a 10);
 - Sistemas e Tecnologias de Informação: 10 questões (numeradas de 11 a 20);
 - Ética na Administração Pública: 5 questões (numeradas de 21 a 25);
 - Direito Tributário: 8 questões (numeradas de 26 a 33);
 - Legislação Tributária do Município: 10 questões (numeradas de 34 a 43);
 - Contabilidade Geral e Pública: 12 questões (numeradas de 44 a 55);
 - Direito (Administrativo; Constitucional e Penal): 10 questões (numeradas de 56 a 65);
 - Matemática e Lógica: 10 questões (numeradas de 66 a 75).
 - Cada questão apresenta **5 alternativas, de (a) a (e)**. Faça uma leitura atenta e responda a cada uma das questões.
 - B) ORIENTAÇÕES PARA PROVA DISCURSIVA:**
 - A prova discursiva contém 2 questões. O candidato deverá produzir um texto para cada questão, de acordo com o enunciado e as instruções expressos ao final deste caderno, e em uma extensão máxima de 30 (trinta) linhas para cada questão, que deve ser escrito em língua portuguesa.
 - O candidato não será avaliado por qualquer fragmento de texto que for escrito fora da Folha de Respostas da Prova Discursiva ou que ultrapassar a extensão máxima permitida, salvo casos alheios, analisados e autorizados pela Coordenação do Concurso.
 - O candidato receberá nota zero ou será eliminado nos casos em que a Folha de Respostas da Prova Discursiva:
 - estiver sem texto (em branco);
 - for escrita a lápis (em parte ou em sua totalidade), de forma ilegível e/ou incompreensível;
 - contiver qualquer tipo de termo, marca e/ou sinal que identifique ou pressuponha identificação ou alguma forma de comunicação; ou
 - quando não for devolvida, juntamente com as folhas para rascunho.
 - Confira o seu caderno de provas e solicite ao aplicador as providências cabíveis, impreterivelmente, durante os primeiros **10 (dez) minutos do início da prova**, caso o caderno esteja:
 - divergente do cargo/da área/da função de sua inscrição; e/ou
 - incompleto em relação à distribuição de questões e composição de provas; e/ou
 - com algum defeito que impossibilite a conclusão das provas.
 - Não destaque nenhuma folha deste caderno; não utilize a contracapa ou as margens como espaço para escrita. A folha de rascunho é de preenchimento facultativo.
 - O candidato **NÃO** poderá levar o Caderno de Provas, após o período de sigilo, somente o rascunho do gabarito. Boa Prova!

ATENÇÃO: FOLHA DE RESPOSTAS SEM ASSINATURA NÃO TEM VALIDADE

A folha de respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada

Nome do candidato

Por favor, abra somente quando autorizado.



O GABARITO E O CADERNO DE PROVAS SERÃO DIVULGADOS NO ENDEREÇO ELETRÔNICO:

concurso.fundacaocefetminas.org.br

LÍNGUA PORTUGUESA

LEIA ESTE TEXTO PARA RESPONDER ÀS QUESTÕES DE 1 A 7.

Expatriaram o gato

Marina Colasanti, quinta-feira, 13 de fevereiro de 2020

Atravessei a vila que dá saída ao meu prédio, e vi o gato. Todo branco, só a cauda preta e duas manchinhas mínimas na testa. Os olhos, azul cerúleo.

“Psssit, psssit”, me inclinei. E ele veio buscar o lote de carícias que o som lhe prometia. É altamente provável que eu tenha tido mais prazer que ele nesse encontro.

Gatos são animais elegantes. Embora eu admire qualquer animal, tenho que admitir a superioridade estética dos felinos com sua postura esnobe, sempre trajados para grande gala, sempre desfilando no tapete vermelho. Todo gato é *star*.

E agora leio que o mercado editorial mudou o papel do gato e o transformou em uma espécie de filósofo de autoajuda. Os títulos se multiplicam, assim como as vendas. O substrato de tantas publicações semelhantes é que temos muito a aprender com os gatos. Segundo o francês Stéphane Garnier, autor de “Agir e pensar como um gato”, há cerca de 40 características positivas em um gato, que podem ser muito úteis para o ser humano.

Depois de fazer do gato um pensador em “O gato filósofo”, utilizando em vez de miados as sábias vozes de Confúcio, Mêncio, e Lao-Tsé, a ilustradora chinesa Kwong Kuen Shan, repetiu a dose em “O gato zen”, “O gato e as orquídeas” e, proximamente, “As quatro estações do gato”.

La Fontaine, um mestre na tipificação dos animais, não via no gato tantas virtudes. Nem se interessou grandemente por ele. Em mais de duzentas fábulas dos seus doze livros, só seis são centradas no gato, e sempre em relação ao rato, seu oponente principal. O retrato que sai dessas seis fábulas dificilmente poderia ajudar alguém a reequilibrar sua vida ou seu ego. Para La Fontaine, o gato é um animal feroz, em constante perseguição do inimigo, totalmente desprovido de misericórdia.

O primeiro gato da minha vida foi “O gato de botas”. Tive até um disco com a versão musicada desse conto, e o ouvi tantas vezes que até hoje posso cantarolar trechos. Mas esse gato não era o sanguinário de La Fontaine, era o esperto de Perrault. Aliás,

não era de nenhum dos dois, ou de nenhum dos três, já que os irmãos Grimm também escreveram uma versão. Era um gato bem mais antigo, que desde o século XVI morava nas páginas do livro “Le piacevoli notti” (as noites prazerosas) escrito pelo italiano Straparola.

O gato daquele tempo era autossuficiente, pensava em si mesmo primeiro, almejava a boa vida. Mentiras e enganos lhes eram permitidos. E o Gato de Botas mente para o Rei, engana o Ogro e o come, para apossar-se do seu castelo e fazer com que o dono – que nada fez para merecê-lo – se case com a princesa. Um Gato nada exemplar, e deve ser por isso que as crianças, levadas a mentir pelas exigências dos adultos, gostam tanto dele.

O segundo gato a cruzar minha vida, quase num empate com o primeiro, foi o de Pinóquio. Um gato meliante, falso cego, companheiro da raposa manca, dupla que engana a marionete, depois a assalta no escuro bosque e acaba por enforcá-lo num galho do Carvalho Grande. Esse tampouco serviria como *coach* de autoajuda.

Os animais são tipificados há muitos séculos, desde o Panchatantra, livro de sabedoria indiana com fábulas de animais, escrito em sânscrito por volta do século III a.C. Cada animal tem suas características e sua função no jogo de identificação com os humanos, permitindo uma redução da narrativa. Agora vem a modernidade com sua sede de lucros embaralhar o jogo e trocar sobre a mesa cartas com as quais lidávamos desde sempre. De onde tira esse direito?

Disponível em: <<https://www.marinacolasanti.com/2020/02/expatriaram-o-gato.html>>. Acesso em: 17 fevr. 2020.

QUESTÃO 01

O título dessa crônica sintetiza o texto porque a autora se refere à

- expulsão do gato de sua função nas obras tradicionais da literatura.
- mudança de nacionalidade do gato enquanto personagem literário.
- exclusão do papel do gato enquanto um animal de estimação egoísta.
- tipificação do gato, concebido como um animal de caráter reprovável.
- perpetuação da imagem do gato, visto como um filósofo de autoajuda.

QUESTÃO 02

Marina Colasanti cita dois gêneros textuais nessa crônica. São eles

- a) o livro e o disco.
- b) a fábula e o conto.
- c) o editorial e o livro.
- d) a autoajuda e o disco.
- e) o conto e a autoajuda.

QUESTÃO 03

A colocação do pronome pessoal oblíquo está em desacordo com a norma-padrão em:

- a) “Psssit, psssit, me inclinei.”
- b) “E ele veio buscar o lote de carícias que o som lhe prometia.”
- c) “Os títulos se multiplicam, assim como as vendas.”
- d) “Nem se interessou grandemente por ele.”
- e) “[...] e acaba por enforcá-lo num galho do Carvalho Grande.”

QUESTÃO 04

“Atravessei a vila que dá **saída**⁽¹⁾ ao meu **prédio**⁽²⁾, e vi o gato. Todo branco, **só**⁽³⁾ a cauda preta e duas manchinhas **mínimas**⁽⁴⁾ na testa. Os olhos, azul **cerúleo**⁽⁵⁾.”

A palavra que recebe acento por ser proparoxítona foi destacada e numerada em

- a) (1).
- b) (2).
- c) (3).
- d) (4).
- e) (5).

QUESTÃO 05

“É altamente provável que eu tenha tido mais prazer que ele nesse encontro.”

Esse período contém uma oração subordinada adverbial cujo valor semântico é de

- a) causa.
- b) condição.
- c) concessão.
- d) comparação.
- e) conformidade.

QUESTÃO 06

“O gato daquele tempo era autossuficiente, pensava em si mesmo primeiro, almejava a boa vida.”

Esse período é composto por orações coordenadas

- a) assindéticas.
- b) sindéticas.
- c) conclusivas.
- d) explicativas.
- e) adversativas.

QUESTÃO 07

“Mas esse gato não era o sanguinário de La Fontaine, era o esperto de Perrault. **Aliás**, não era de nenhum dos dois, ou de nenhum dos três, já que os irmãos Grimm também escreveram uma versão.”

O termo em destaque foi utilizado para introduzir uma

- a) soma.
- b) opção.
- c) correção.
- d) conclusão.
- e) confirmação.

**LEIA ESTE TEXTO PARA RESPONDER ÀS
QUESTÕES DE 08 A 10.**

Ano-Novo

Meia-noite. Fim
de um ano, início
de outro. Olho o céu:
nenhum indício.

Olho o céu:
o abismo vence o
olhar. O mesmo
espantoso silêncio
da Via-Láctea feito
um ectoplasma
sobre a minha cabeça:
nada ali indica
que um ano novo começa.

E não começa
nem no céu nem no chão
do planeta:
começa no coração.

Começa com a esperança
de vida melhor
que entre os astros
não se escuta
nem se vê
nem pode haver:
que isso é coisa de homem
esse bicho
 estelar
 que sonha
 (e luta)

GULLAR, Ferreira. **Obra poética**. Vila Nova de Famalicão: Quasi, 2003. p. 401.

QUESTÃO 08

O eu lírico apresenta nesse poema a visão de que a (s)

- a) passagem do tempo transforma o homem em um ser desiludido.
- b) motivação para a vida está em acreditar nos rituais de passagem.
- c) silenciosa chegada de um novo ano esconde frustrações e derrotas.
- d) boas-novas de um ano que se inicia são prenunciadas pelos astros.
- e) expectativas geradas pela virada de ano são uma construção humana.

QUESTÃO 09

A função emotiva da linguagem perpassa esse poema porque a (o)

- a) intenção do eu lírico é persuadir o leitor sobre sua opinião.
- b) escrita fornece explicações sobre o próprio ato de escrever.
- c) construção do texto tem em vista uma linguagem denotativa.
- d) eu lírico manifesta uma visão subjetiva sobre a passagem de ano.
- e) texto é construído através de recursos estéticos próprios da literatura.

QUESTÃO 10

“que isso é coisa de homem / esse bicho / estelar / que sonha / (e luta)”

Nesse fragmento, observa-se o uso da figura de linguagem denominada

- a) metáfora.
- b) hipérbole.
- c) paradoxo.
- d) sinestesia.
- e) polissíndeto.

SISTEMAS E TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

AS QUESTÕES 11 E 12 DEVEM SER RESOLVIDAS COM BASE NA PLANILHA A SEGUIR.

Considere que a seguinte planilha foi elaborada no *Microsoft Excel* 2016 instalado em um computador.

	A	B
1	1	8
2	3	6
3	5	4
4	7	2
5		

QUESTÃO 11

Ao inserir a fórmula

=MÉDIASES(B1:B4;A1:A4;">4")

na célula **A5**, o valor retornado será

- a) 2
- b) 3
- c) 6
- d) 6,5
- e) 13

QUESTÃO 12

Ao inserir a fórmula

=SOMA(PROCV(5;A1:B4;2;VERDADEIRO);5)

na célula **B5**, o valor retornado será

- a) 5
- b) 7
- c) 9
- d) 10
- e) 48

QUESTÃO 13

A respeito da segurança da informação em redes de computadores, preencha as lacunas do texto a seguir.

Para verificar a integridade de um arquivo, você pode calcular o *hash* dele utilizando método MD5, por exemplo, e, quando julgar necessário, gerar o *hash* novamente. Se os dois *hashes* forem _____, significa que o arquivo _____.

Os termos que preenchem corretamente as lacunas são:

- a) iguais / foi alterado
- b) iguais / não foi alterado
- c) diferentes / foi compartilhado
- d) iguais / foi visualizado por alguém
- e) diferentes / contém código malicioso

QUESTÃO 14

A respeito da segurança da informação em redes de computadores, julgue as afirmações a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F).

() O certificado digital é um registro eletrônico composto por um conjunto de dados que distingue uma entidade e associa a ela uma chave pública.

() A "Lista de Assinaturas Revogadas" (LAR), contendo assinaturas digitais não confiáveis, é emitida periodicamente pelas Autoridades Certificadoras (ACs).

() A assinatura digital baseia-se no fato de que apenas o dono conhece a chave privada e que, se ela foi usada para codificar uma informação, então apenas seu dono poderia ter feito isso.

A sequência correta é

- a) V, F, F.
- b) V, F, V.
- c) F, F, V.
- d) F, V, F.
- e) F, V, V.

QUESTÃO 15

No navegador de internet *Google Chrome*, instalado em um computador, o recurso “Limpar dados de navegação”, que pode ser acessado pela combinação de teclas Ctrl+Shift+Delete, **NÃO** permite excluir

- a) os *cookies*.
- b) o histórico de navegação.
- c) os arquivos armazenados em *cache*.
- d) as imagens armazenadas em *cache*.
- e) os programas instalados na pasta *Downloads*.

QUESTÃO 16

A respeito do gerenciamento de arquivos e pastas armazenados no *Google Drive*, analise as afirmações a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F).

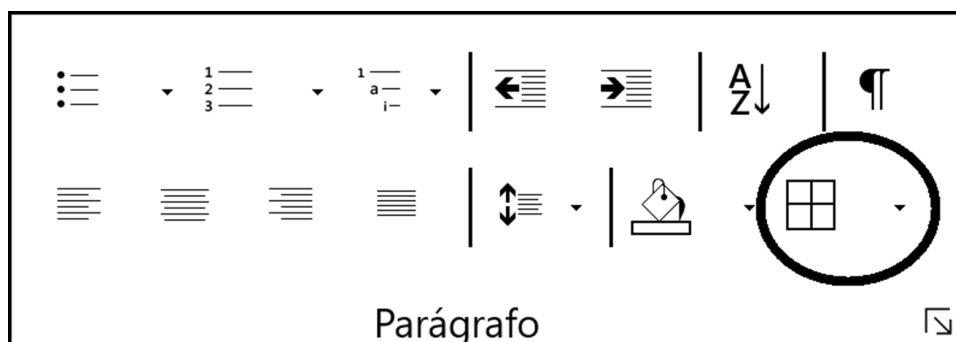
- () Arquivos do *Microsoft Word* 2016 podem ser armazenados no *Google Drive*.
- () Ao compartilhar um arquivo, você controla quem pode editar, comentar ou apenas visualizar o arquivo.
- () Quando você transfere a propriedade de uma pasta para outra pessoa, automaticamente os arquivos que estão nela também terão a propriedade transferida.

A sequência correta é

- a) V, F, V.
- b) V, V, F.
- c) V, F, F.
- d) F, V, V.
- e) F, F, V.

QUESTÃO 17

A imagem a seguir apresenta os botões do grupo Parágrafo, localizado na guia Página Inicial do *Microsoft Word* 2016, instalado em um computador.



O botão destacado na imagem permite

- a) inserir quebra de página.
- b) adicionar bordas ao texto.
- c) inserir tabela no documento.
- d) dividir o parágrafo em colunas.
- e) inserir planilha do *Microsoft Excel*.

QUESTÃO 18

Considere as informações sobre o *Microsoft Word* 2016 e preencha as lacunas do texto.

No *Microsoft Word* 2016, instalado em um computador, o controle das alterações ocorridas em um documento texto pode ser ativado ou desativado por meio do botão _____, localizado no grupo _____ da guia Revisão.

Os termos que preenchem corretamente as lacunas são, respectivamente,

- a) Revisão de Texto / Controle
- b) Revisão de Texto / Alterações
- c) Alterações / Revisão de Texto
- d) Controlar Alterações / Controle
- e) Controlar Alterações / Alterações

QUESTÃO 19

Considere as informações e preencha as lacunas do texto a seguir.

Para impedir que programas desnecessários iniciem automaticamente quando o *Windows* 10 for iniciado, clique com o botão esquerdo do *mouse* em **Iniciar**, em seguida, em **Configurações**, depois em _____ e, logo após em _____. Na área **Aplicativos de Inicialização**, encontre o programa que você quer impedir de iniciar automaticamente e defina-o como **Desativado**.

Os termos que preenchem corretamente as lacunas são:

- a) Sistema / Aplicativos
- b) Sistema / Inicialização
- c) Aplicativos / Inicialização
- d) Aplicativos / Aplicativos Padrão
- e) Aplicativos / Aplicativos de Inicialização

QUESTÃO 20

Uma pessoa deseja encontrar, na internet, **apenas** páginas do site **planalto.gov.br** e que contenham exatamente a expressão **tributos federais**. Essa busca pode ser realizada no site *Google* (www.google.com.br) digitando, na caixa de pesquisa, os termos

- a) planalto gov br tributos federais
- b) planalto.gov.br "tributos federais"
- c) planalto.gov.br tributos federais
- d) site:planalto.gov.br "tributos federais"
- e) planalto.gov.br tributos AND federais

ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

QUESTÃO 21

Leia o trecho a seguir.

"A ética e a cidadania não se desvinculam da questão dos princípios da ação do Estado e da moralidade administrativa, uma vez que, por mais alargados que pareçam os direitos e as esferas individuais – as quais parecem ser extremamente flexíveis nos atuais contextos – urge que sejam regulamentadas as vinculações estreitas que existem entre esferas individuais e esferas coletivas, pressupondo-se, assim, níveis de avanço, no campo do progresso moral da sociedade". (RODRIGUES, Z. A. L., 2016.)

Sobre o tema é correto afirmar que o (a)

- a) citado princípio da moralidade administrativa é de extrema relevância para os atos praticados pela Administração Pública, mesmo não sendo um princípio expresso no texto constitucional.
- b) ética surge como embasamento das ações humanas em suas dimensões individuais e coletivas, dado que o exercício profissional no âmbito da administração pública não pode desviar-se da sua condição coletiva e vinculada ao exercício do bem comum.
- c) trecho em destaque demonstra que a Administração Pública deve priorizar os interesses individuais devido à importância do cidadão no atual contexto social.
- d) moralidade está voltada para o âmbito da esfera individual, sendo esta responsável exclusivamente pelo progresso moral da sociedade.
- e) princípio da supremacia do interesse público exclui a atuação do Estado dos temas que envolvem a esfera individual.

QUESTÃO 22

Segundo o disposto na Lei nº 2.160, de 20 de dezembro de 1990, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Contagem, é proibido ao servidor público

- a) proceder de forma desidiosa.
- b) guardar sigilo sobre assuntos das repartições.
- c) representar contra ilegalidade ou abuso de poder.
- d) ausentar-se do serviço durante o expediente, mesmo com prévia autorização do chefe imediato.
- e) levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo.

QUESTÃO 23

Carlos é funcionário público do Município X e está lotado na Secretaria da Fazenda. No exercício das funções do seu cargo, Carlos recebeu um pedido administrativo que a ele compete analisar. Ao receber os documentos que instruíam o pedido, Carlos constatou que se tratava do pedido de um desafeto seu e de seus familiares. Tendo em vista a situação de animosidade com seu desafeto e com o objetivo de prejudicar o andamento da demanda, Carlos atrasou ao máximo a análise do pedido, não realizando os procedimentos nos prazos recomendados e analisando pedidos de outros cidadãos que foram protocolizados posteriormente.

Agindo da forma narrada, Carlos violou diretamente o princípio expresso da administração pública da

- a) publicidade, pois seu interesse particular, neste caso, deveria prevalecer frente ao interesse público.
- b) imperatividade, pois deixou de atender os comandos presentes no pedido administrativo formulado.
- c) autotutela, pois deve tratar todos os cidadãos com igualdade, independentemente de serem seus amigos ou inimigos.
- d) moralidade, pois, como conhece a pessoa que realizou o pedido administrativo, deve dar maior celeridade a este tipo de situação.
- e) impessoalidade, pois sua conduta profissional como servidor público não pode estar voltada a beneficiar ou a prejudicar indivíduos isoladamente.

QUESTÃO 24

Analise as afirmações a seguir sobre a ética e sua relação no campo público e privado e informe se são verdadeiras (V) ou falsas (F).

() No âmbito da ética, um dos conflitos entre o público e o privado remete a uma “crise de valores”, uma vez que indica uma separação entre meios e fins.

() O pressuposto da separação entre meios e fins significa que estamos tomando a ética como técnica e não como *práxis*. Entende-se como técnica a heterogeneidade de natureza entre meios e fins, ou seja, entre o ato fabricante e o produto final; a *práxis*, ao contrário, caracteriza-se pela homogeneidade entre meios e fins.

() Na heterogeneidade entre meios e fins, a liberdade no campo público e privado deixa de ser a con-

quista da autonomia no seio da necessidade e contra a adversidade para tornar-se jogo, figura mais alta e sublime da contingência.

De acordo com as afirmações, a sequência correta é

- a) F, F, F.
- b) F, F, V.
- c) F, V, V.
- d) V, V, V.
- e) V, F, V.

QUESTÃO 25

Analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - No âmbito do serviço público, é importante que um ente regulador adquira um interesse de conciliar uma decisão que sirva ao propósito para o qual estava endereçada com a análise do custo-benefício envolvido

PORQUE

II - um ato decisório em geral, além de garantir eficácia e eficiência, pode levar em consideração também, do ponto de vista da ética, da equidade, seu intrínseco componente social ou de alteridade quando possível. Isso quer dizer que a equidade está no limite entre possível e impossível, ou seja, entendida como justiça, no caso concreto, pode ou não estar destinada a ser deslocada e ignorada na aplicação.

Considerando-se as asserções, é correto afirmar que

- a) as duas são falsas.
- b) a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.
- c) a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.
- d) as duas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- e) as duas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 26

Considerando-se as disposições da Constituição Federal e do Código Tributário Nacional, associe corretamente as espécies tributárias às respectivas características.

ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS

- 1 - Taxa
- 2 - Imposto
- 3 - Contribuição de melhoria
- 4 - Empréstimo compulsórios
- 5 - Contribuição especial

CARACTERÍSTICAS

- () Tributo instituído para fazer face ao custo de obras públicas das quais decorra valorização imobiliária.
- () A União, mediante lei complementar, poderá instituí-lo (a) no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
- () Tributo que tem como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
- () Tributo que tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
- () A União, mediante lei complementar, poderá instituí-lo (a) para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.
- () É cobrado (a) pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, e tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia.
- () Dentre as suas espécies, tem-se a (o) incidente sobre a folha de salários, a (o) sobre a receita do concurso de prognósticos, a (o) de intervenção no domínio econômico e a (o) para o custeio do serviço de iluminação pública.
- () A União tem competência para a instituição de nove espécies: importação, exportação, renda e proventos, produtos industrializados, território rural, operações financeiras, grandes fortunas, residual e extraordinário de guerra.

A sequência correta dessa associação é

- a) 3, 1, 2, 1, 4, 2, 5, 3.
- b) 3, 4, 3, 1, 4, 1, 5, 2.
- c) 2, 1, 5, 3, 2, 1, 4, 3.
- d) 3, 4, 3, 2, 5, 3, 2, 1.
- e) 1, 4, 3, 1, 4, 5, 1, 2.

QUESTÃO 27

De acordo com a Constituição Federal, o Código Tributário Nacional e a Lei Complementar nº 116/2003, que regulamenta o ISSQN, avalie as afirmações a seguir.

I - O contribuinte do ITBI é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

II - O IPTU pode ser progressivo em razão do valor do imóvel e, também, pode ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

III - O ISSQN incide sobre as exportações de serviços para o exterior do País, assim como incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

IV - O ITBI incide sobre as transmissões "*inter vivos*", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição.

V - Para fins de ISSQN, considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo relevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial ou agência.

Está correto **apenas** o que se afirma em

- a) I e III.
- b) II e IV.
- c) I, II e IV.
- d) I, III e IV.
- e) II, IV e V.

QUESTÃO 28

Analise a situação hipotética a seguir.

José é proprietário de um imóvel e pretende aliená-lo a Marcos. Marcos, então, sugere a José que eles constituam uma pessoa jurídica tão somente com a finalidade de reduzir os seus encargos, uma vez que a compra do imóvel por si está sendo bastante onerosa. Marcos idealizou a criação de um Lava Jato de Veículos Automotores, o qual, de fato, não funcionará. Marcos, então, irá integralizar o capital com o valor correspondente ao imóvel, enquanto José fará a integralização com o próprio imóvel. Após alguns meses, nas instruções de Marcos, a sociedade poderia ser desfeita e a troca efetivada. Marcos sairia com o imóvel e José com o valor relativo ao mesmo, sem maiores consequências.

A partir da situação hipotética narrada, é correto afirmar que(,)

- a) embora exista imunidade quanto ao ITBI na transmissão de bens e direitos na incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica, em realização de capital, a situação narrada é ilícita e ensejará a cobrança do imposto com as respectivas penalidades pela utilização de meio fraudulento para a desoneração tributária.
- b) embora exista isenção quanto ao ITBI na transmissão de bens e direitos na incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica, em realização de capital, a situação narrada é parcialmente ilícita e ensejará a cobrança do imposto com as respectivas penalidades pela utilização de meio fraudulento para a desoneração tributária.
- c) existe previsão jurídica para a imunidade quanto ao ITBI na transmissão de bens e direitos na incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica, em realização de capital, o que torna a situação narrada lícita. Uma vez que a atividade preponderante é a lavagem e higienização de veículos automotores, o imposto não poderá ser cobrado.
- d) embora exista isenção quanto ao ITBI na transmissão de bens e direitos na incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica, em realização de capital, a situação narrada é parcialmente ilícita e ensejará a cobrança das respectivas penalidades, mas não do imposto, uma vez que atividade preponderante é a lavagem e higienização de veículos automotores.

e) existe previsão jurídica para a imunidade quanto ao ITBI na transmissão de bens e direitos na incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica, em realização de capital. Contudo, é importante frisar que esta apenas será possível quando a atividade comercial for preponderantemente a compra e a venda de bens imóveis e seus direitos reais, a locação de bens imóveis ou o arrendamento mercantil.

QUESTÃO 29

Com base nos princípios tributários, dispostos na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional, é correto afirmar que

- a) a lei ordinária poderá alterar o prazo decadencial e prescricional da contribuição previdenciária.
- b) o decreto executivo que majora as alíquotas do imposto sobre produtos industrializados poderá produzir efeitos imediatamente.
- c) a seletividade é obrigatória para o imposto sobre produtos industrializados e para o imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços.
- d) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- e) o imposto sobre produtos industrializados e o imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços serão não-cumulativos, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores.

QUESTÃO 30

Analise as asserções a seguir, sobre solidariedade tributária, e a relação proposta entre elas.

I - José, Leandro e Rafael são proprietários, em iguais quotas, de um imóvel situado em área urbana no Município X. Uma lei do Município X isenta o IPTU para os proprietários que estiverem em tratamento de neoplasia maligna, condição esta aplicável somente a José. Assim, Leandro e Rafael permanecem solidariamente obrigados ao pagamento do IPTU, retirada a quota correspondente ao percentual de José

PORQUE

II - são solidariamente obrigadas as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal e essa obrigação não comporta benefício de ordem. Além disso, a isenção de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo.

A respeito das asserções é correto afirmar que

- a) as duas são falsas.
- b) a primeira é verdadeira e a segunda falsa.
- c) a primeira é falsa e a segunda verdadeira.
- d) as duas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- e) as duas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

QUESTÃO 31

Informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma sobre o crédito tributário e as hipóteses de lançamento, considerando-se o que disciplina o Código Tributário Nacional.

() A atividade administrativa de lançamento é discricionária e obrigatória, sendo os excessos praticados penalizados em virtude de responsabilidade funcional.

() O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

() O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa, entre outras possibilidades, quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória.

() Compete privativamente à autoridade administrativa realizar o lançamento, assim entendido o procedimento administrativo que verifica a ocorrência do fato gerador, determina a matéria tributável, calcula o montante do tributo devido, identifica o sujeito passivo e, sendo o caso, propõe a aplicação da penalidade cabível.

() O lançamento por homologação ocorre quando a lei atribui ao sujeito passivo o dever de declarar antecipadamente a situação que constitua fato gerador, para prévio exame da autoridade administrativa e posterior pagamento, momento em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.

De acordo com as afirmações, a sequência correta é

- a) V, F, V, V, F.
- b) F, V, F, V, F.
- c) V, F, F, V, V.
- d) F, V, F, F, V.
- e) F, V, V, V, F.

QUESTÃO 32

São regras aplicáveis às garantias e privilégios do crédito tributário previstas no Código Tributário Nacional, **EXCETO**:

- a) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.
- b) A sentença de julgamento de partilha ou adjudicação poderá ser proferida sem prova da quitação de todos os tributos relativos aos bens do espólio, ou às suas rendas, desde que cumpra os demais requisitos indispensáveis estabelecidos por lei.
- c) São pagos preferencialmente a quaisquer créditos habilitados em inventário ou arrolamento, ou a outros encargos do monte, os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo do *de cujus* ou de seu espólio, exigíveis no decurso do processo de inventário ou arrolamento.
- d) Nenhum departamento da Administração Pública celebrará contrato ou aceitará proposta em concorrência pública sem que o contratante ou o proponente façam prova da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Pública interessada, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, salvo se expressamente autorizado por lei.
- e) Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens, a qual limitar-se-á ao valor total exigível, devendo o juiz determinar o imediato levantamento da indisponibilidade dos bens ou valores que excederem esse limite.

QUESTÃO 33

Em relação às normas sobre Administração Tributária estabelecidas pelo Código Tributário Nacional, avalie as afirmações.

I - A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez, tem o efeito de prova pré-constituída e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

II - A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à sua identificação.

III - A autoridade administrativa que proceder ou presidir quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento, na forma da legislação aplicável, que fixará prazo máximo para a conclusão das etapas.

IV - Mediante intimação escrita, as pessoas que a lei designe são obrigadas a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão, não sendo possível invocar dever de sigilo.

V - A omissão de quaisquer dos requisitos previstos para o termo de inscrição da dívida ativa enseja a nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, sem a necessidade de devolver ao sujeito passivo ou interessado o prazo para defesa.

Está correto **apenas** o que se afirma em

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) I, II e III.
- d) I, III e IV.
- e) II, IV e V.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

QUESTÃO 34

Sobre o Código Tributário do Município de Contagem está correto o que se afirma em

- a) O Código Tributário do Município de Contagem dispôs sobre fatos geradores, contribuintes, responsáveis, bases de cálculo, alíquotas, lançamento e arrecadação de cada tributo municipal, estando as penalidades regulamentadas por portarias.
- b) O Código Tributário Nacional não se aplica à Fazenda Municipal e aos contribuintes, haja vista que a legislação municipal é norma mais recente e específica, o que afasta a aplicação daquele.
- c) O Sistema Tributário do Município é composto pelo IPTU; ISSQN; ITBI; ITR; das taxas decorrentes do exercício regular do Poder de Polícia do Município e decorrentes da utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos municipais específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição; da contribuição de melhoria; e da CCSIP.
- d) Os preços públicos são regulamentados pelo Código Tributário do Município, estando definidos na tabela dos valores cobrados no Anexo III, o qual sofre reajuste anual dentro do índice de variação da inflação, o que já foi julgado constitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
- e) Os serviços públicos municipais, sejam de que natureza for, quando sob regime de concessão ou mediante a exploração de serviços de utilidade pública, conforme disposto em Lei, terão a tarifa e os preços fixados por ato do Poder Executivo, na forma autorizada no Código Tributário do Município de Contagem.

QUESTÃO 35

O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) é um importante imposto em termos de arrecadação municipal, tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, construído ou não, localizado na zona urbana do Município.

Sobre o IPTU é correto afirmar que

- a) entende-se como zona urbana a que apresentar os requisitos mínimos de melhoramentos indicados em decreto federal e, também, as áreas urbanizáveis ou aprovadas pela prefeitura e destinadas à habitação ou a atividades econômicas.
- b) são consideradas também urbanas as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pela prefeitura, desde que não destinados à habitação, à indústria ou ao comércio.
- c) a incidência do imposto independe do cumprimento de qualquer exigência legal, regulamentar ou administrativa, ocorrendo sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- d) considera-se ocorrido o fato gerador do tributo no dia 31 de dezembro de cada exercício financeiro, podendo o município cobrar o imposto em qualquer momento do exercício seguinte ao seu fato gerador, nos limites e formas definidas pelo Código Tributário Nacional.
- e) o fato gerador do IPTU no Município de Contagem ocorre semestralmente, o que garante a possibilidade de pagamento fracionado, conforme o melhor interesse do contribuinte.

QUESTÃO 36

Considere o artigo 71-A, do código tributário do Município de Contagem.

Art. 71-A “O Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a eles relativos por Ato Oneroso ‘Inter Vivos’ – ITBI tem como fato gerador:

I - a transmissão onerosa, a qualquer título, da propriedade ou domínio útil de bens imóveis, por natureza ou acessão física, situados no território do Município;

II - a transmissão onerosa, a qualquer título, de direitos reais, exceto os de garantia, sobre imóveis situados no território do Município;

III - a cessão onerosa de direitos relativos à aquisição dos bens referidos nos incisos anteriores.”

Avalie as afirmações a seguir.

I - O ITBI não incide sobre vendas condicionais, as quais são abrangidas pelo ITCD, por expressa determinação legal.

II - O ITBI incide sobre a permuta de bens imóveis e de direitos a eles relativos, figurando como contribuintes cada um dos permutantes.

III - Os escrivães, tabeliães, oficiais de notas de registro de imóveis e de registro de títulos e documentos ficam obrigados a fornecer, quando solicitados, certidões de atos que forem lavrados, transcritos, averbados ou inscritos.

É correto **apenas** o que se afirma em

- a) I.
- b) III.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

QUESTÃO 37

Leia o artigo 71.P do Código Tributário do Município de Contagem, acrescentado pela Lei Complementar 008/05.

Art. 71.P – “A base de cálculo do imposto é o valor dos bens ou direitos transmitidos ou cedidos, no momento da transmissão ou cessão.

§ 1º O valor será determinado pela administração tributária, através de avaliação com base nos elementos constantes do Cadastro Imobiliário ou o valor declarado pelo sujeito passivo, se este for maior.

§ 2º O sujeito fica obrigado a apresentar ao órgão fazendário declaração acerca dos bens ou direitos transmitidos ou cedidos, na forma e prazo regulamentares.”

Analise as afirmações a seguir.

I - Na transmissão do domínio útil, a base de cálculo do ITBI será 1/3 (um terço) do valor venal do imóvel.

II - Na instituição ou venda do direito real de usufruto, uso ou habitação, inclusive a transferência onerosa ao nu-proprietário, a base de cálculo do ITBI será 1/3 (um terço) do valor venal do imóvel.

III - Na transmissão da nua propriedade, a base de cálculo do ITBI será 2/3 (dois terços) do valor venal do imóvel.

É correto **apenas** o que se afirma em

- a) I.
- b) III.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

QUESTÃO 38

Leia o excerto do Código Tributário do Município de Contagem apresentado a seguir.

Art. 72 – “O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, de competência dos municípios, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da Tabela I, Anexo II-A deste Código, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.”

Com base no artigo 72 do Código Tributário do Município de Contagem avalie as asserções e a relação proposta entre elas.

I - A incidência do imposto independe da existência de estabelecimento fixo

PORQUE

II - a incidência do Imposto depende do resultado financeiro obtido no exercício da atividade.

Sobre as asserções é correto afirmar que

- a) I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
- b) I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- c) I é verdadeira, e a II é falsa.
- d) I é falsa, e a II é verdadeira.
- e) I e II são falsas.

QUESTÃO 39

Leia as afirmações a seguir que versam sobre o Cadastro Técnico Municipal de Contagem.

I - O Cadastro Imobiliário abrange, dentre outras áreas, as edificações existentes, ou que vierem a existir nas áreas urbanas, de expansão urbana e urbanizáveis.

II - A pessoa natural ou jurídica que, estabelecida no município de Contagem, exercer no município atividade lucrativa ou não, individualmente ou sob a razão social de qualquer espécie, está obrigada a promover sua inscrição no Cadastro Técnico Municipal.

III - O proprietário de veículos em trânsito permanente no município, inclusive de aparelho automotor destinado a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas e de pavimentação, desde que lhe seja facultado transitar nas vias públicas do Município, está obrigado a promover sua inscrição no Cadastro Técnico Municipal.

É correto **apenas** o que se afirma em

- a) I.
- b) III.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) I, II, III.

QUESTÃO 40

Sobre as Diretrizes de Modernização da Administração Tributária é correto afirmar que

- a) é hipótese de diretriz de modernização da Administração Tributária no âmbito da Secretaria Municipal de Fazenda a promoção da modernização da arrecadação dos tributos municipais por meio do combate sistemático à elisão fiscal e à sonegação de tributos e pelo aumento da eficiência dos sistemas de Administração Tributária.
- b) é competência do Comitê de Administração Fazendária e Política Tributária (CAF), de caráter permanente, integrado pelo Secretário Municipal de Fazenda, pelos respectivos subsecretários, pelos superintendentes e pelos representantes dos cargos da carreira fazendária, subsidiar e acompanhar a fixação de metas tributárias para cada exercício civil.
- c) as metas tributárias a serem desempenhadas pelo coletivo dos servidores municipais lotados na Secretaria de Fazenda, integrantes ou não na Carreira da Secretaria de Fazenda, bem como os Agentes Políticos Comissionados que contribuem com a arrecadação dos tributos de competência do município de Contagem, serão fixadas para biênio, a partir do exercício de 2018.
- d) a apuração do cumprimento das metas tributárias será efetuada semestralmente, até o décimo quinto dia útil do mês subsequente ao semestre a que se referem, sendo função dos servidores lotados da Secretaria de Fazenda o seu fiel acompanhamento.
- e) a cada incremento da arrecadação no semestre de apuração das metas tributárias, o Prêmio de Superação de Metas de Arrecadação de Tributos (PRESMAT) será pago de acordo com enquadramento do nível correspondente ao cargo do servidor público em efetivo exercício na Secretaria de Fazenda e cujo desempenho coletivo resulte no alcance das faixas percentuais das metas tributárias definidas no Anexo IV da Lei Complementar do Município de Contagem nº 250, de 10 de abril de 2018.

QUESTÃO 41

A Contribuição de Melhoria incide sobre imóvel beneficiado, direta ou indiretamente, por obra pública executada pela Prefeitura, por meio de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou através de concessionária de serviço público municipal, com observância do respectivo edital, conforme o artigo 120 do Código Tributário do Município de Contagem.

Sobre Contribuição de Melhoria é correto afirmar que

- a) não incide sobre o imóvel localizado na zona rural.
- b) a base de cálculo é o valor do custo final de obra, nele não incluídos os reajustes concedidos na forma da legislação municipal.
- c) a obra pública não poderá iniciar ou prosseguir quando houver reclamação do contribuinte quanto à sua cobrança ou mesmo discordância da base de cálculo.
- d) o sujeito passivo será notificado pessoalmente do lançamento, por meios eletrônicos.
- e) o sujeito passivo poderá apresentar relação do lançamento a qualquer tempo, conforme a evolução da obra.

QUESTÃO 42

Leia as afirmações a seguir.

I - O crédito tributário ou fiscal do Município, devidamente inscrito em dívida ativa, ajuizado ou não, poderá ser objeto de extinção mediante dação em pagamento de bens imóveis.

II - A dação em pagamento de bens imóveis, na esfera judicial ou administrativa, implica confissão irreatável da responsabilidade pela dívida ativa e em expressa renúncia ou desistência de qualquer procedimento administrativo ou judicial que tenha como objetivo a sua desconstituição.

III - Poderão ser autorizadas ou concedidas em conjunto, para o mesmo contribuinte/responsável, 02 (duas) ou mais formas de extinção do crédito tributário, conjugadas ou não com o parcelamento e com a anistia, desde que observadas as condições e a legislação aplicável a cada espécie.

É correto **apenas** o que se afirma em

- a) I.
- b) III.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

QUESTÃO 43

Sobre obrigações acessórias é correto o que se afirma em:

- a) Caso tenha havido erro na fixação da base tributária, o órgão fazendário competente poderá revê-lo e retificá-lo, ainda que os elementos indutivos dessa fixação hajam sido apurados diretamente pelo fisco.
- b) É facultado à Fazenda Municipal o arbitramento das bases tributárias, quando ocorrer insuficiência ou sonegação de elementos necessários ao lançamento, o qual terá caráter punitivo.
- c) Nos casos de lançamentos decorrentes de ação fiscal, ainda que de ofício, o contribuinte ficará sujeito à multa de revalidação de 75%.
- d) Uma vez lançado, o IPTU poderá ser pago em parcelas não excedentes a seis mensais, com os devidos acréscimos.
- e) Em áreas superiores a 720m², o lançamento tributário do IPTU adotará alíquota a 0,5% do imóvel edificado.

CONTABILIDADE GERAL E PÚBLICA

QUESTÃO 44

Conforme a NBC TG Estrutura Conceitual, o objetivo do relatório financeiro para fins gerais é fornecer informações financeiras sobre a entidade que reporta que sejam úteis para investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, na tomada de decisões referente à oferta de recursos à entidade.

Com base na Estrutura Conceitual, indique se os itens a seguir sobre as decisões de oferta de recursos para a entidade que reporta são verdadeiros (V) ou falsos (F).

- () Conceder ou liquidar empréstimos ou outras formas de crédito.
- () Comprar, vender ou manter instrumento de patrimônio e de dívida.
- () Negociar preço de produtos e serviços com clientes existentes e potenciais.
- () Exercer direitos de votar ou de outro modo influenciar os atos da administração que afetam o uso dos recursos econômicos da entidade.

A sequência correta é

- a) V, V, V, F.
- b) F, V, V, F.
- c) V, V, F, F.
- d) V, V, F, V.
- e) F, V, F, V.

QUESTÃO 45

Analise as informações e, em seguida, preencha as lacunas do texto.

A Cia ABC apresentou, em 31/12/2021, os seguintes saldos, em R\$:

Ativo Circulante: 200.000,00
Ativo Não Circulante: 100.000,00
Passivo Circulante: 150.000,00
Passivo Não Circulante: 50.000,00
Patrimônio Líquido: 100.000,00

Sabendo-se que o lucro líquido da Cia, no exercício de 2021, foi de R\$ 80.000,00, é correto afirmar que ela apresenta Liquidez _____, Endividamento = _____, Capital Circulante Líquido = _____.

A sequência que preenche corretamente as lacunas é

- a) geral = 1,3 / 2,0 / 1,3
- b) corrente = 1,5 / 0,8 / 1,3
- c) geral = 1,5 / 2,0 / R\$ 50.000,00
- d) corrente = 1,3 / 0,8 / R\$ 50.000,00
- e) corrente = 1,3 / 2,0 / R\$ 50.000,00

QUESTÃO 46

A Cia Alfa adquiriu, em 01/02/2022, equipamentos cujo valor de aquisição foi de R\$ 90.000,00. Para deixar o ativo em condições de uso, a empresa teve gastos com instalação no valor de R\$ 5.000,00. Sabendo-se que o bem estava disponível para uso em 01/03/2022, que seu valor residual é de R\$ 35.000,00 e sua vida útil é de 5 anos, indique o valor da depreciação acumulada no exercício de 2022 (em R\$).

- a) 9.166,67.
- b) 10.000,00.
- c) 10.083,33.
- d) 11.000,00.
- e) 12.000,00.

QUESTÃO 47

A Cia Beta, em fevereiro/2022, realizou vendas, com entrega imediata das mercadorias negociadas, no valor de R\$ 140.000,00. Desse valor, ela recebeu R\$ 80.000,00 dentro do próprio mês. Nesse mesmo período, a empresa recebeu antecipadamente de clientes R\$ 30.000,00 referentes a mercadorias que serão entregues em março/2022.

Com base apenas nessas informações, a receita de vendas da Cia Beta, em fevereiro/2022, foi de R\$

- a) 60.000,00.
- b) 80.000,00.
- c) 110.000,00.
- d) 140.000,00.
- e) 170.000,00.

QUESTÃO 48

Analise as afirmações a seguir, conforme a NBC TG 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

I - O Balanço Patrimonial descreve e explica as características principais do desempenho da entidade.

II - A Demonstração do Resultado Abrangente do período compõe o conjunto completo de demonstrações contábeis.

III - As demonstrações contábeis devem representar apropriadamente a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade.

IV - Os relatórios e as demonstrações apresentados fora das demonstrações contábeis são tratados por normas específicas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

V - Quando a entidade não aplicar um requisito de norma, interpretação ou comunicado técnico, deve divulgar que a administração concluiu que as demonstrações contábeis apresentam, de forma apropriada, a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade.

Está correto **apenas** o que se afirma em

- a) I, III e V.
- b) I, II e IV.
- c) II, III e V.
- d) II, III e IV.
- e) I, II, III e V.

QUESTÃO 49

A Cia Gama possuía, em 31/12/2021, estoques de mercadorias para revenda no valor de R\$ 120.000,00. Em janeiro/2022, ela comprou mercadorias no valor de R\$ 200.000,00 e possuía, ao final do mês, estoques no valor de R\$ 90.000,00.

Nesse mesmo período, sabe-se que suas receitas e despesas incluem:

Receita de vendas: R\$ 600.000,00

Despesas de vendas e administrativas: R\$ 100.000,00

Despesas financeiras: R\$ 10.000,00

Com base apenas nessas informações, o lucro antes das receitas e despesas financeiras da Cia Gama, em janeiro/2022, foi de R\$

- a) 260.000,00.
- b) 270.000,00.
- c) 290.000,00.
- d) 280.000,00.
- e) 300.000,00.

QUESTÃO 50

No setor público, de acordo com a Lei nº 4.320/64, o regime orçamentário reconhece a despesa orçamentária no exercício financeiro da emissão do empenho e a receita orçamentária pela arrecadação.

Com base nessa informação e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, é correto afirmar que

- a) a Contabilidade Aplicada ao Setor Público deve evidenciar as variações patrimoniais, resultantes da execução orçamentária.
- b) exige-se que sejam evidenciados os fatos ligados à execução financeira e patrimonial, bem como à apuração de custos, exigindo que os fatos modificativos sejam levados à conta de resultado de determinado exercício.
- c) na Contabilidade Aplicada ao Setor Público deve-se utilizar o regime da competência em sua integralidade, ou seja, os efeitos das transações e outros eventos sobre o patrimônio são reconhecidos quando ocorre o recebimento ou pagamento.
- d) há a exigência de que as despesas orçamentárias sejam empenhadas ou que as receitas orçamentárias sejam efetivamente arrecadadas para que haja o devido reconhecimento sob o ponto de vista patrimonial.
- e) o registro da variação patrimonial diminutiva (VPD) ou aumentativa (VPA), em razão do fato gerador e de sua consequência para o patrimônio, busca evidenciar o impacto no orçamento público.

QUESTÃO 51

Analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - Considerando-se que determinada receita tenha sido arrecadada e permaneça no caixa, integrando o ativo financeiro do ente público ao fim do exercício, e que exista, concomitantemente, despesa empenhada com a ocorrência de fato gerador, mas sem a correspondente liquidação, deverá ser registrado o passivo financeiro correspondente ao empenho, atendidos os demais requisitos legais;

PORTANTO,

II - poderá ser utilizada para abertura de novo crédito.

Sobre as asserções é correto afirmar que

- a) as duas são falsas.
- b) a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.
- c) a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.
- d) as duas são verdadeiras, e a segunda conclui a primeira.
- e) as duas são verdadeiras, mas a segunda não conclui a primeira.

QUESTÃO 52

A partir do artigo 167 da Constituição da República de 1988, analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - A criação de vinculações para as receitas deve ser pautada em mandamentos legais que regulamentam a aplicação de recursos, seja para funções essenciais, seja para entes, órgãos, entidades e fundos,

PORQUE

II - devem-se observar, ainda, especificações infra-legais, tipo de vinculação derivada de convênios e contratos de empréstimos e financiamentos, cujos recursos são obtidos com finalidade específica.

Sobre as asserções é correto afirmar que

- a) as duas são falsas.
- b) a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.
- c) a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.
- d) as duas são verdadeiras, e a segunda justifica a primeira.
- e) as duas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

QUESTÃO 53

Analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - Os recursos financeiros oriundos do cancelamento de despesas inscritas em restos a pagar não podem ser reconhecidos como receita orçamentária

PORQUE

II - trata-se de restabelecimento de saldo de disponibilidade comprometida, originária de receitas arrecadadas em exercícios anteriores, e não de uma nova receita a ser registrada.

Sobre as asserções é correto afirmar que

- a) as duas são falsas.
- b) a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.
- c) a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.
- d) as duas são verdadeiras, e a segunda justifica a primeira.
- e) as duas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

QUESTÃO 54

Considerando-se o artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), associe corretamente as espécies de renúncia de receita ao seu conceito.

ESPÉCIES DE RENÚNCIA

- 1 - Anistia
- 2 - Remissão
- 3 - Crédito Presumido
- 4 - Isenção

CONCEITOS

() representa o montante do imposto cobrado na operação anterior e objetiva neutralizar o efeito de recuperação dos impostos não cumulativos, pelo qual o Estado se apropria do valor da isenção nas etapas subsequentes da circulação da mercadoria.

() perdão da multa, que visa excluir o crédito tributário na parte relativa à multa aplicada pelo sujeito ativo ao sujeito passivo, por infrações cometidas por este anteriormente à vigência da lei que a concedeu.

() espécie de renúncia em que há a dispensa legal, pelo Estado, do débito tributário devido.

() perdão da dívida, que se dá em determinadas circunstâncias previstas na lei, tais como valor diminuto da dívida, situação difícil em que se torna impossível ao sujeito passivo solver o débito, inconveniência do processamento da cobrança dado o alto custo não compensável com a quantia em cobrança, probabilidade de não receber, erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, equidade etc..

A sequência correta dessa associação é

- a) 3, 1, 4, 2.
- b) 3, 4, 1, 2.
- c) 2, 1, 4, 3.
- d) 2, 3, 4, 1.
- e) 4, 1, 3, 2.

QUESTÃO 55

Sobre as transferências constitucionais e legais, analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I - No momento do ingresso efetivo do recurso de transferências constitucionais e legais, o ente receptor deverá efetuar a baixa do direito a receber (ativo) em contrapartida do ingresso no banco. Simultaneamente, este deve registrar a receita orçamentária realizada em contrapartida da receita a realizar nas contas de controle da execução do orçamento

PORQUE

II - esse procedimento ocasiona a formação de um *superávit* financeiro superior ao lastro financeiro existente no ente receptor.

Sobre as asserções é correto afirmar que

- a) as duas são falsas.
- b) a primeira é falsa e a segunda é verdadeira.
- c) a primeira é verdadeira e a segunda é falsa.
- d) as duas são verdadeiras, e a segunda justifica a primeira.
- e) as duas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

DIREITO (ADMINISTRATIVO, CONSTITUCIONAL E PENAL)

QUESTÃO 56

Avalie as afirmações a seguir sobre a Lei de Licitações nº 8.666/93.

I - Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados unilateralmente pelo contratado, com as devidas justificativas, quando houver modificação do projeto pela Administração para melhor adequação técnica aos seus objetivos.

II - A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas e fiscais, transfere à Administração a responsabilidade por seu pagamento.

III - A Administração deverá pagar os custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos no caso de supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os

materiais e posto no local dos trabalhos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

IV - A Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, na hipótese de alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado.

Está correto **apenas** o que se afirma em

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I, III e IV.
- e) I, II e IV.

QUESTÃO 57

Sobre a Lei Federal nº 8.112/90, avalie as afirmações a seguir e informe (V) para as verdadeiras e (F) para as falsas.

() A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

() A ação disciplinar prescreverá em 5 (cinco) anos quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão, suspensão e advertência.

() A administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.

() As denúncias sobre irregularidades no serviço público serão objeto de apuração, desde que conttenham a identificação e o endereço do denunciante, bem como sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

A sequência correta é

- a) V, F, V, V.
- b) V, F, V, F.
- c) F, V, F, V.
- d) F, V, F, F.
- e) F, F, V, V.

QUESTÃO 58

Avalie as afirmações a seguir sobre a Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429/92.

I - Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.

II - A ação por improbidade administrativa poderá conter, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.

III - A ação ou omissão decorrente de jurisprudência que venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário configura improbidade administrativa.

IV - A responsabilidade por ato de improbidade administrativa não está condicionada à comprovação de ato doloso com fim ilícito nos casos de mero exercício da função ou desempenho de competências públicas.

Está correto **apenas** o que se afirma em

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I, III e IV.
- e) I, II e IV.

QUESTÃO 59

Avalie as afirmações a seguir.

I - O motivo do ato administrativo não se confunde com a motivação da autoridade administrativa, pois a motivação diz respeito às formalidades do ato.

II - A Administração Pública pode, por ato administrativo, conceder direitos de qualquer espécie, criar obrigações ou impor vedações aos administrados.

III - A validade do ato administrativo independe do caráter prévio ou da coexistência de motivação pela autoridade que o proferiu com relação ao momento da prática do próprio ato.

IV - Os requisitos dos atos administrativos são a competência, o objeto, a forma, o motivo e a finalidade, sendo o motivo e o objeto requisitos discricionários; e a competência, a forma e a finalidade, vinculados.

Está correto **apenas** o que se afirma em

- a) I e III.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) I, III e IV.

QUESTÃO 60

Sobre os princípios do Direito Penal, Nilo Batista pondera que “a procura de princípios básicos do direito penal exprime o esforço para, a um só tempo, caracterizá-lo e delimitá-lo. Existem efetivamente alguns princípios básicos que, por sua ampla recepção na maioria dos ordenamentos jurídico-penais positivos da família romano-germânica, pela significação política de seu aparecimento histórico ou de sua função social, e pela reconhecida importância de sua situação jurídica – condicionadora de derivações e efeitos relevantes – constituem um patamar indeclinável, com ilimitada valência na compreensão de todas as normas positivas”

(BATISTA, Nilo. *Introdução crítica ao direito penal brasileiro*. 11. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007. p. 61).

Indique o postulado normativo que decorre diretamente do princípio da lesividade penal.

- a) É vedado, no âmbito penal, o uso da analogia em prejuízo do acusado (*in malam partem*).
- b) Ninguém poderá ser punido criminalmente, senão quando agir com dolo ou, ao menos, com culpa.
- c) A lei penal não poderá ser aplicada em relação a fatos ocorridos antes de sua vigência, salvo quando beneficiar o acusado.
- d) O direito penal só deverá ser utilizado subsidiariamente (como *ultima ratio*) para a resolução de conflitos sociais.
- e) A autolesão e, em geral, condutas que não excedam o âmbito do próprio autor não devem ser objeto de incriminação.

QUESTÃO 61

Sobre o crime de lavagem de bens, dinheiro e valores, Callegari e Weber prelecionam: “a palavra lavar vem do latim *lavare*, e significa expurgar, purificar, reabilitar, daí a ideia de tornar lícito o dinheiro advindo de atividades ilegais e reinseri-lo no mercado como se lícito fosse.”

(CALLEGARI, André Luis; WEBER, Ariel Barazzetti. **Lavagem de dinheiro**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017. p. 08).

A respeito do crime de lavagem de dinheiro previsto na Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998 (com as alterações promovidas pela legislação posterior), é correto afirmar que

- a) em razão do princípio da legalidade penal, o tipo penal de lavagem de bens, dinheiro e valores só se aperfeiçoa quando a infração penal antecedente for uma daquelas previstas em seu rol legal taxativo.
- b) a Lei nº 9.613/98 condiciona a persecução penal do crime de lavagem de bens, dinheiro e valores à prévia persecução penal da infração penal antecedente.
- c) havendo concurso de pessoas para a prática do crime de lavagem de bens, dinheiro e valores não se admite que um dos agentes promova acordo de colaboração premiada com o Ministério Público, em virtude da ausência de previsão legal expressa.
- d) há três fases ou etapas de concretização do delito de lavagem de bens, dinheiro e valores: a fase da ocultação ou colocação, a fase de estratificação ou escurecimento e a fase da integração, reinversão ou da lavagem propriamente dita.
- e) durante a investigação do crime de lavagem de bens, dinheiro e valores não se admitem os mecanismos da ação controlada e da infiltração de agentes, salvo se o crime for praticado por organização criminosa, caso em que a pena do crime de lavagem deverá ser majorada.

QUESTÃO 62

Analise o caso hipotético apresentado a seguir.

O empresário individual, João José, deixou de recolher, por 3 (três) meses consecutivos, a soma de R\$ 97.503,02 (noventa e sete mil, quinhentos e três reais e dois centavos) devida aos cofres públicos a título de ICMS. No entanto, embora tenha deixado de recolher ao fisco a quantia cobrada em suas operações comerciais, João José registrou os valores devidos em livro fiscal próprio. No curso do processo admi-

nistrativo fiscal, João José conseguiu demonstrar ao fisco que o recolhimento dos valores no prazo legal era absolutamente impossível, uma vez que foi acometido por doença grave no período (com longo tratamento cirúrgico) e a sua atividade empresarial foi profundamente prejudicada, não só por sua doença, como também por catástrofe ambiental (enchente) ocorrida nesse ínterim. Além disso, desde o início do processo administrativo fiscal, João demonstrou interesse em negociar os débitos tributários com a Administração Fazendária.

O inadimplemento tributário foi levado ao conhecimento do Ministério Público por um concorrente e o Promotor de Justiça ofereceu denúncia contra João José pela prática do crime previsto no artigo 2º, inciso II, da Lei nº 8.137/90, antes mesmo da constituição definitiva do crédito tributo.

Como se sabe, em 18 de dezembro de 2019, por ocasião do julgamento do RHC 163.334/SC, de relatoria do Ministro Roberto Barroso, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) fixou, por maioria, a seguinte tese: “o contribuinte que, de forma contumaz e com dolo de apropriação, deixa de recolher o ICMS cobrado do adquirente da mercadoria ou serviço incide no tipo penal do art. 2º, II, da Lei nº 8.137/1990”.

A respeito do caso hipotético narrado e à luz do referido entendimento do STF, é correto afirmar que

- a) João José não praticou crime contra a ordem tributária, uma vez que sua conduta constitui mero inadimplemento, e o mero inadimplemento não pode ser objeto de incriminação estatal.
- b) João José não praticou crime contra a ordem tributária, pois, embora o inadimplemento tenha se estendido por 3 (três) meses, não é possível falar em contumácia na espécie.
- c) João José não praticou crime contra a ordem tributária, pois, embora o inadimplemento tenha se estendido por 3 (três) meses, não houve dolo de apropriação na espécie.
- d) João José não praticou crime contra a ordem tributária, uma vez que, nos termos da súmula vinculante nº 24 do STF, os crimes contra a ordem tributária não se tipificam antes do lançamento definitivo do tributo.
- e) João José praticou crime contra a ordem tributária, considerando-se que deixou de recolher aos cofres públicos, no prazo legal, o valor recebido do contribuinte de fato a título de ICMS.

QUESTÃO 63

Em relação às disposições constitucionais sobre a Administração Pública é correto afirmar que

- a) o prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogável uma vez por igual período.
- b) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não precisam observar o limite dos vencimentos pagos pelo Poder Executivo.
- c) é vedada a acumulação remunerada de dois cargos de magistério.
- d) a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- e) o regulamento editado pelo chefe do Poder Executivo estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que cause prejuízos ao erário.

QUESTÃO 64

Sobre os direitos e garantias fundamentais e a sua interpretação pelos Tribunais Superiores é **INCORRETO** afirmar que

- a) a ideia de um direito ao esquecimento é compatível com a Constituição Federal.
- b) o Superior Tribunal de Justiça entendeu que é ilegal a requisição, sem autorização judicial, de dados fiscais pelo Ministério Público.
- c) o Supremo Tribunal Federal decidiu que é legítimo que a Receita Federal compartilhe o procedimento fiscalizatório que ela realizou para apuração do débito tributário com os órgãos de persecução penal para fins criminais, não sendo necessária, para isso, prévia autorização judicial.
- d) segundo o Supremo Tribunal Federal, é constitucional a reserva de vagas para pessoas negras em concursos públicos.
- e) o Supremo Tribunal Federal entendeu que a liberdade de expressão não tem caráter absoluto. Logo, o direito à livre expressão não pode abrigar, em sua abrangência, manifestações de conteúdo imoral que implicam ilicitude penal.

QUESTÃO 65

De acordo com a Constituição da República de 1988 é **INCORRETO** o que se afirma:

- a) Compete aos Estados instituir impostos sobre transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos.
- b) Os órgãos fazendários, em razão da sua função fiscalizatória, integram os órgãos de segurança pública.
- c) É vedado à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- d) Compete aos Municípios instituir impostos sobre propriedade predial e territorial urbana.
- e) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais, conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, de forma a garantir a rastreabilidade, a comparabilidade e a publicidade dos dados coletados, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público.

MATEMÁTICA E LÓGICA

QUESTÃO 66

Considere todos os números de três algarismos distintos que podem ser formados utilizando os algarismos 1, 2, 4, 5, 7 e 8, como, por exemplo, os números 175 ou 852. Escrevendo-se todos esses números em ordem crescente, o número que ocupa a 50ª posição é

- a) 417.
- b) 428.
- c) 452.
- d) 517.
- e) 518.

QUESTÃO 67

Uma função lucro $L(x)$ está relacionada com o lucro obtido com a venda de um determinado produto e é dada pela diferença entre a função receita e a função custo. O lucro marginal, por sua vez, é a função que avalia o efeito causado em $L(x)$ por uma pequena variação de x e é determinada pela derivada da função $L(x)$.

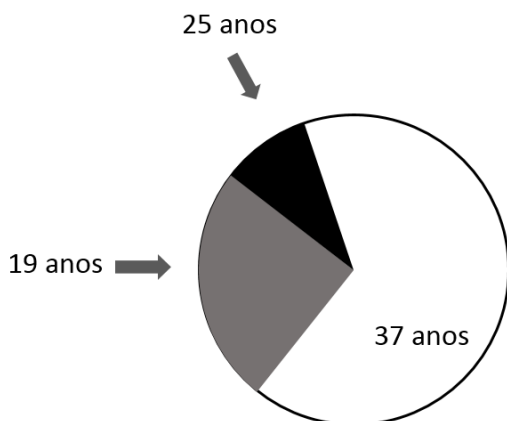
Seja $L(x) = -\frac{x^2}{1000} + 8x - 5000$, $x > 0$ uma função que descreve o lucro, em reais, obtido com a venda de x unidades de um determinado produto.

Nessas condições, é correto afirmar que o

- a) lucro marginal é crescente dentro do intervalo $(0, 3000]$.
- b) lucro é máximo quando se atinge uma venda exata de 4.000 peças.
- c) lucro marginal é positivo quando são vendidas 5.000 unidades.
- d) menor lucro é obtido quando se vendem 3.500 unidades.
- e) lucro máximo é igual a 10.000 reais.

QUESTÃO 68

O gráfico de setores a seguir mostra a distribuição das idades de um grupo de pessoas.



Considere que, nesse gráfico de setores, o setor correspondente ao grupo de 25 anos equivale à metade do setor das pessoas de 19 anos e este corresponda a um quarto do círculo. Assim, a média das idades de todas as pessoas do grupo é igual a quantos anos?

- a) 25.
- b) 29.
- c) 31.
- d) 33.
- e) 34.

QUESTÃO 69

Uma pessoa adquiriu um veículo financiando 100% do seu valor e pagou o financiamento em "n" prestações mensais e iguais.

Sabendo-se que a sequência formada pelo valor atual, ou seja, o valor de cada prestação sem o respectivo juro correspondente, ordenada pela respectiva data de vencimento, é uma progressão geométrica cuja razão é igual a 0,9723, a taxa mensal de juros deste financiamento é um valor mais próximo de

- a) 2,84 %.
- b) 2,95 %.
- c) 3,06 %.
- d) 3,17 %.
- e) 3,28 %.

QUESTÃO 70

Determine o valor lógico das implicações e bicondicionais a seguir, informando (V) para as afirmações verdadeiras e (F) para as falsas.

() Se $2 + 3 = 7$, então $3 + 7 = 10$ é verdadeiro.

() Se a cidade de Belo Horizonte é a capital do Brasil, então a cidade do Rio de Janeiro é a capital do estado do Amazonas.

() Um brasileiro possui título eleitoral se, e somente se, sua idade é maior ou igual a 16 anos.

A sequência correta é

- a) V, V, V.
- b) V, F, V.
- c) F, V, F.
- d) F, F, V.
- e) V, V, F.

QUESTÃO 71

Paulo, José e Carlos combinaram uma aposta, fazendo sucessivos lançamentos de uma moeda não viciada e observando os resultados possíveis de cara ou coroa em cada lançamento. Pela regra combinada, Paulo vence a disputa se ocorrerem duas coroas consecutivamente. José vence se forem obtidas duas caras consecutivamente e Carlos vence caso sejam obtidos os resultados de cara e coroa, nessa ordem, em dois lançamentos consecutivos. Eles jogam a moeda até que o primeiro deles vença a disputa.

Assim, considerando-se essa situação, é verdade que

- a) os três têm a mesma probabilidade de vencer a aposta.
- b) Paulo é o que tem a maior probabilidade de vencer a aposta.
- c) Carlos é o que tem a menor probabilidade de vencer a aposta.
- d) José e Carlos têm, cada um, maior probabilidade de vencer a aposta do que Paulo.
- e) Paulo e José têm, cada um, maior probabilidade de vencer a aposta do que Carlos.

QUESTÃO 72

Uma pessoa precisa produzir três tipos distintos de esmaltes nas cores amarelo, azul e verde com volumes de 300 ml, 400 ml e 600 ml, respectivamente. Para cada ml de esmalte produzido são necessárias adições de minerais, em gramas, nas seguintes quantidades:

COR	MINERAIS		
	A	B	C
Amarelo	20	25	10
Azul	10	30	15
Verde	25	10	20

O valor de um grama de cada um dos minerais A, B e C é de R\$ 0,02; R\$ 0,01 e R\$ 0,06, respectivamente.

Para comprar a quantidade exata dos minerais A, B e C para a fabricação dos esmaltes nas três cores serão gastos R\$

- a) 1.170,00.
- b) 2.015,00.
- c) 3.270,00.
- d) 4.115,00.
- e) 5.170,00.

QUESTÃO 73

As famílias dos amigos Luiz, Renato e Alberto resolveram alugar uma casa na praia para se hospedarem, todos juntos, durante doze dias e resolveram dividir as despesas do aluguel igualmente entre as três famílias. Para fechar o contrato desse aluguel, Luiz foi até a imobiliária que administrava o imóvel e acertou o pagamento total. Depois, ainda antes da viagem, os amigos resolveram que iriam ficar mais nove dias e, desse modo, Renato foi até a imobiliária e acertou a quantia por esse período adicional. Para contribuir com sua parte na divisão, Alberto repassou aos outros dois amigos um valor total de R\$ 2.800,00 para saldar sua parte na divisão.

Portanto, a parte dessa quantia que Renato deve receber é igual a R\$

- a) 800,00.
- b) 1.200,00.
- c) 1.400,00.
- d) 1.600,00.
- e) 2.000,00.

QUESTÃO 74

Uma função real f é tal que $f(x+f(x))=f(x)-x+3$, para todo real x .

Sabendo-se que $f(0)=1$, é correto afirmar que o valor de $f(5)$ é igual a

- a) 0.
- b) 1.
- c) 2.
- d) 5.
- e) 6.

QUESTÃO 75

Uma empresa fez uma pesquisa com seus funcionários para saber sobre as vacinas que tinham tomado recentemente. Dos 1.000 funcionários consultados, a pesquisa revelou que

600 pessoas tomaram a 1ª dose de covid-19
400 pessoas tomaram a de *influenza*
300 pessoas tomaram a de hepatite B
200 pessoas tomaram a 1ª dose covid-19 e *influenza*
150 pessoas tomaram a 1ª dose covid-19 e hepatite B
100 pessoas tomaram a de *influenza* e hepatite B
20 pessoas tomaram as três vacinas

O número de funcionários que tomou duas ou mais dessas vacinas é

- a) 410.
- b) 470.
- c) 500.
- d) 650.
- e) 720.

PROVA DISCURSIVA

A prova discursiva é composta por 2 (duas) questões. Cada questão deve ter, no máximo, 30 linhas de texto. Na sequência de cada questão será encontrada 1 (uma) folha de rascunho de uso facultativo. Para a correção será utilizada exclusivamente a folha de resposta.

QUESTÃO 01

Analise a situação hipotética a seguir:

Suponha que, em virtude da pandemia ocasionada pela COVID-19, o Município de Contagem tenha editado a lei fictícia nº 1.234/2020, a qual abarcou hipótese de dispensa parcial do pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) para o ano de 2021. Nos termos da hipotética lei, os hospitais que tiveram que investir em novos leitos para atenderem os (as) pacientes acometidos (as) pela doença poderiam usufruir do benefício, desde que comprovassem um aumento de 30% (trinta por cento) da infraestrutura hospitalar especificamente para esses casos. Ainda segundo a lei nº 1234/2020, a dispensa legal, parcial do pagamento do ISSQN valeria pelo período de 1 (um) ano, a contar da concessão do benefício.

Com base na situação idealizada, produza um texto dissertativo de no máximo 30 linhas, de acordo com o que se pede.

- a) Identifique, defina e explique a espécie sobre a necessidade de registro orçamentário e/ou patrimonial da renúncia apresentada.
- b) Considerando-se a resposta ao item anterior, a lei nº 1.234/2020, concessória do benefício, pode ser revogada? A partir da sua resposta, negativa ou positiva, quais seriam as consequências para os hospitais que comprovaram os critérios que e já estivessem usufruindo do benefício? E para aqueles que quisessem usufruir, mas ainda não reuniam as requisitos ensejadores do benefício?

NÃO DESTACAR

1
5
10
15
20
25
30

RASCUNHO
PROVA DISCURSIVA

QUESTÃO 02

Analise a situação hipotética a seguir:

Suponha que o Município de Contagem, em fevereiro de 2021, tenha editado a lei fictícia nº 4.321/2021, para fins de atualização dos valores do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e fixação de novo valor para a Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos (TCRS) referentes ao exercício financeiro seguinte, qual seja, o ano de 2022. Especificamente para o IPTU, foi realizada a atualização somente da base de cálculo, em respeito aos índices oficiais de correção monetária.

Um contribuinte, após o recebimento da guia para o pagamento dos tributos, afetado pelas mudanças, deseja se insurgir contra o aumento por considerá-lo desarrazoado em se tratando do seu imóvel urbano.

A partir do caso idealizado, com base no Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966) e no Código Tributário Municipal (Lei Municipal nº 1.611/1983), responda fundamentadamente:

- a) Considerando-se que o contribuinte pretenda discutir o lançamento do IPTU e da TCRS, administrativamente, qual medida deverá ser adotada e em qual prazo? O ajuizamento de uma ação judicial gera quais efeitos sobre o processo administrativo?
- b) Quanto ao instrumento normativo empregado, poderia ser utilizado o Decreto Executivo para a atualização do IPTU? E para a fixação do novo valor para a TCRS?
- c) Elucide as diferenças e similitudes na classificação das receitas orçamentárias apresentadas, devendo considerar em sua análise a categoria econômica, a origem e a espécie.

NÃO DESTACAR

1
5
10
15
20
25
30

RASCUNHO
PROVA DISCURSIVA

CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM

GABARITO (RASCUNHO)

LÍNGUA PORTUGUESA

01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E

SISTEMAS E TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E

ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E

DIREITO TRIBUTÁRIO

26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E
31	A	B	C	D	E
32	A	B	C	D	E
33	A	B	C	D	E

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

34	A	B	C	D	E
35	A	B	C	D	E
36	A	B	C	D	E
37	A	B	C	D	E
38	A	B	C	D	E
39	A	B	C	D	E
40	A	B	C	D	E
41	A	B	C	D	E
42	A	B	C	D	E
43	A	B	C	D	E

CONTABILIDADE GERAL E PÚBLICA

44	A	B	C	D	E
45	A	B	C	D	E
46	A	B	C	D	E
47	A	B	C	D	E
48	A	B	C	D	E
49	A	B	C	D	E
50	A	B	C	D	E
51	A	B	C	D	E
52	A	B	C	D	E
53	A	B	C	D	E
54	A	B	C	D	E
55	A	B	C	D	E

DIREITO (ADMINISTRATIVO; CONSTITUCIONAL E PENAL)

56	A	B	C	D	E
57	A	B	C	D	E
58	A	B	C	D	E
59	A	B	C	D	E
60	A	B	C	D	E
61	A	B	C	D	E
62	A	B	C	D	E
63	A	B	C	D	E
64	A	B	C	D	E
65	A	B	C	D	E

MATEMÁTICA E LÓGICA

66	A	B	C	D	E
67	A	B	C	D	E
68	A	B	C	D	E
69	A	B	C	D	E
70	A	B	C	D	E
71	A	B	C	D	E
72	A	B	C	D	E
73	A	B	C	D	E
74	A	B	C	D	E
75	A	B	C	D	E

O gabarito e o caderno de provas serão divulgados no endereço eletrônico:

concurso.fundacaocefetminas.org.br

ATENÇÃO:
AGUARDE AUTORIZAÇÃO
PARA VIRAR O CADERNO DE PROVA.